

BREVES NOTAS SOBRE SOCIEDADES, CULTURAS E CIVILIZAÇÕES PRÉ-CLÁSSICAS

II -- A FORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS (1)

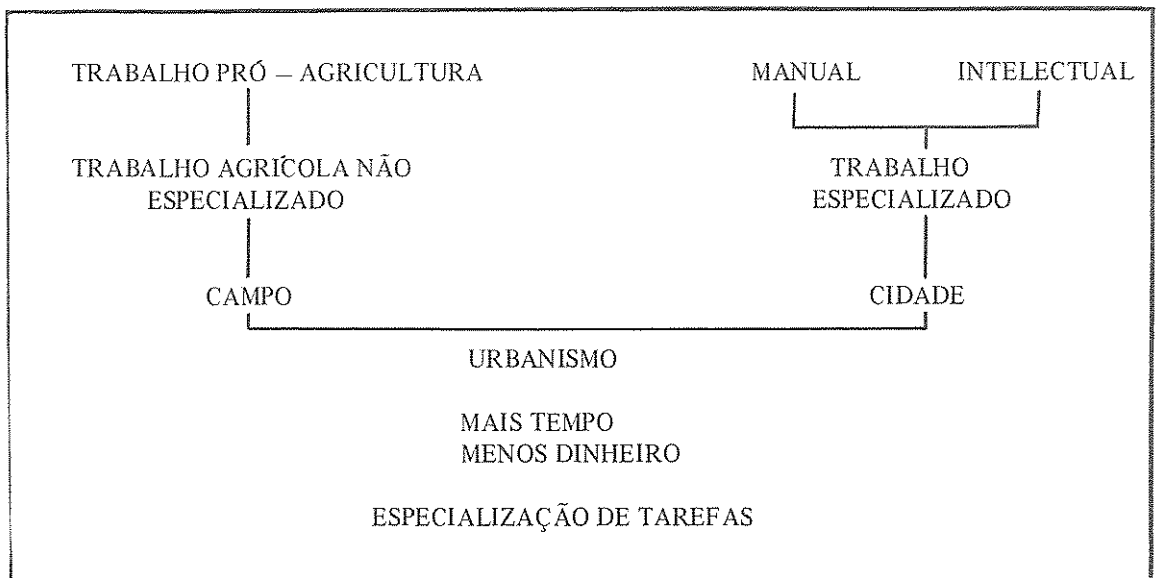
por José Augusto Maia Marques

«A estrutura de uma sociedade envolve duas coisas: primeiro, há uma divisão em mais pequenas unidades sociais, a que chamamos grupos; e, depois, há posições sociais reconhecidas (*status*) e padrões de conduta apropriados a tais posições»

Walter Goldschmidt (2)

A sedentarização, a vida em grupo, a nova realidade post-agrícola, tece intrincados laços de dependência, de colaboração, de interacção. A diversificação de profissões contribui igualmente para uma diferenciação. Quando, numa sociedade primitiva, a vida se diversifica, surgem, impostos ou escolhidos, os chefes. Com a necessidade de defesa e de expansão territorial, tarefas só passíveis de serem levadas a cabo por indivíduos experimentados, aparecem os militares, em tempo parcial ou total. Para governar e julgar, o homem necessita de leis; os que as elaboram e as fazem aplicar distinguem-se dos que as cumprem. A crescente religiosidade motiva a emergência dos ministros do culto. É assim, de forma irregular e complexa, que se podem detectar os primeiros movimentos de diferenciação social.

O esquema que apresentamos a seguir, materializa as principais fases do processo a que iremos, nas próximas linhas, aludir caso por caso. Tentar-se-á estabelecer um percurso, tão completo quanto possível deste complicado fenómeno que é, afinal, o preconizar do aparecimento da verdadeira cultura moderna.



Na maioria dos aglomerados populacionais não existia exército permanente. Havia, quando muito, uma restrita guarda pessoal, do influente *governador*. Após as colheitas, *na estação em que os reis vão à guerra* (3), a mão de obra agrícola ficava livre e davam-se as grandes batalhas. O soldado/agricultor não estava militarmente preparado pois não havia exército profissionalizado. Cria-se, desta forma, a necessidade de um quadro de oficiais e suboficiais permanentes, conhecedores das técnicas e das táticas de guerra que, em combate, enquadrassem os soldados eventuais. Este corpo foi naturalmente escolhido entre as guardas pessoais dos governadores e a guarda real do faraó. Surge assim uma *classe* de militares, com papel importante no futuro.

Nos estados teocráticos, os ministros do culto irão igualmente, por causas idênticas, ascender a posições favoráveis. As grandes práticas religiosas, o culto aos grandes deuses, atingia a escala nacional e transcendia o culto familiar. Mesmo quando o rei era um deus ou o seu representante na terra, era preciso um corpo de auxiliares, mais ou menos influentes. Não existia, muitas vezes, distinção entre autoridade religiosa e autoridade laica (4). O corpo de funcionários civis era, por consequência, recrutado em grande parte no *clero*.

A introdução da escrita ficou a dever-se ao templo (5). Como veremos adiante, surge da necessidade de escrituração e contabilização dos bens dos santuários. O seu ensino fazia-se, normalmente, dentro das instalações religiosas. Com o desenvolvimento do comércio, outros que não os ministros do culto terão acesso a ela. Este «segredo», a escrita, irá ser determinante na criação de uma outra franja social de forte peso. Os próprios filhos do faraó, entre outros dos seus inúmeros títulos honoríficos, fizeram questão em ostentar o de escriba.

A existência de profissões distintas, umas com maior importância do que outras, provoca clivagens na sociedade. A própria proximidade do rei, isto é, do poder (clero e militares, por exemplo) provocava claramente uma divisão de natureza social.

Após alguns exemplos clarificadores de factores de vária ordem que provocaram as primeiras diferenciações sociais — o ter ou não acesso ao poder, ser ou não detentor da força, ter ou não poder de persuasão — iremos focar o dealbar da organização social em todas as áreas de que nos temos vindo a ocupar.

A SOCIEDADE NO EGÍPTO

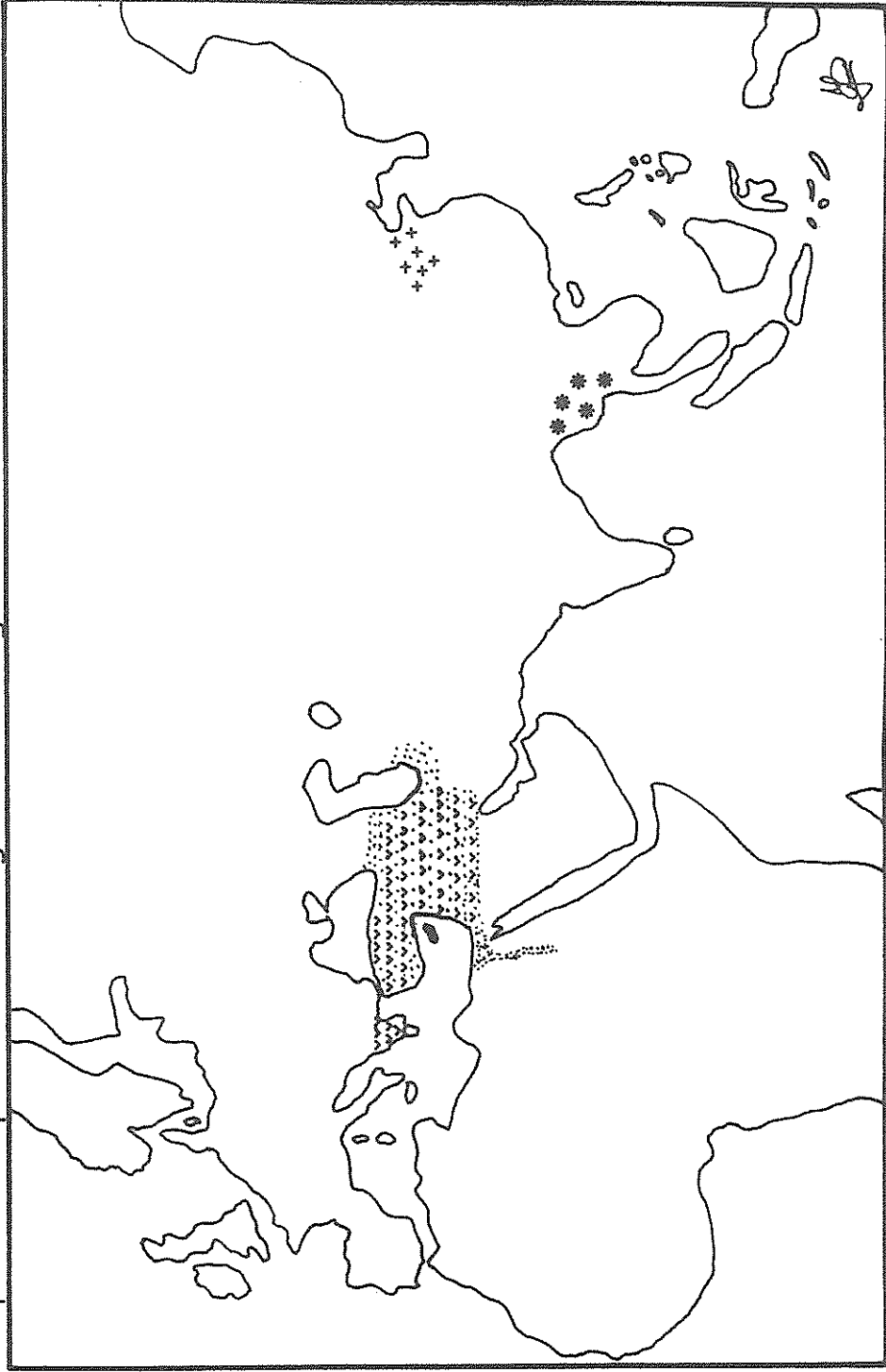
«Ao longo do seu desenvolvimento, a história do Egito antigo mostra-nos a coexistência de duas forças opostas: uma tendendo para o fraccionamento e justificando-se pela grande extensão, em comprimento, do território, a outra, centralizadora, graças à unidade do rio, às condições determinadas por ele, às disposições orgânicas que ele torna necessárias» (6).

O que conhecemos do passado do povo egípcio permite-nos afirmar que a primeira fase evolui da diferenciação para a unidade. As condições naturais do vale do Nilo, propícias à agricultura (*Mapa 1*), a mudança de clima operada no Saará, motivam migrações em várias partes do próximo e médio Oriente (*Mapa 2*). As margens do rio sagrado povoam-se de tribus nómadas que se adaptam às novas circunstâncias. Da diversidade inicial, depois de completado o processo de fusão da população, tende-se para uma unidade rática, cultural, social.

É assim que, no Egito pré-dinástico e durante as primeiras dinastias, só se distinguem claramente duas classes, os *governantes* e os *governados*.

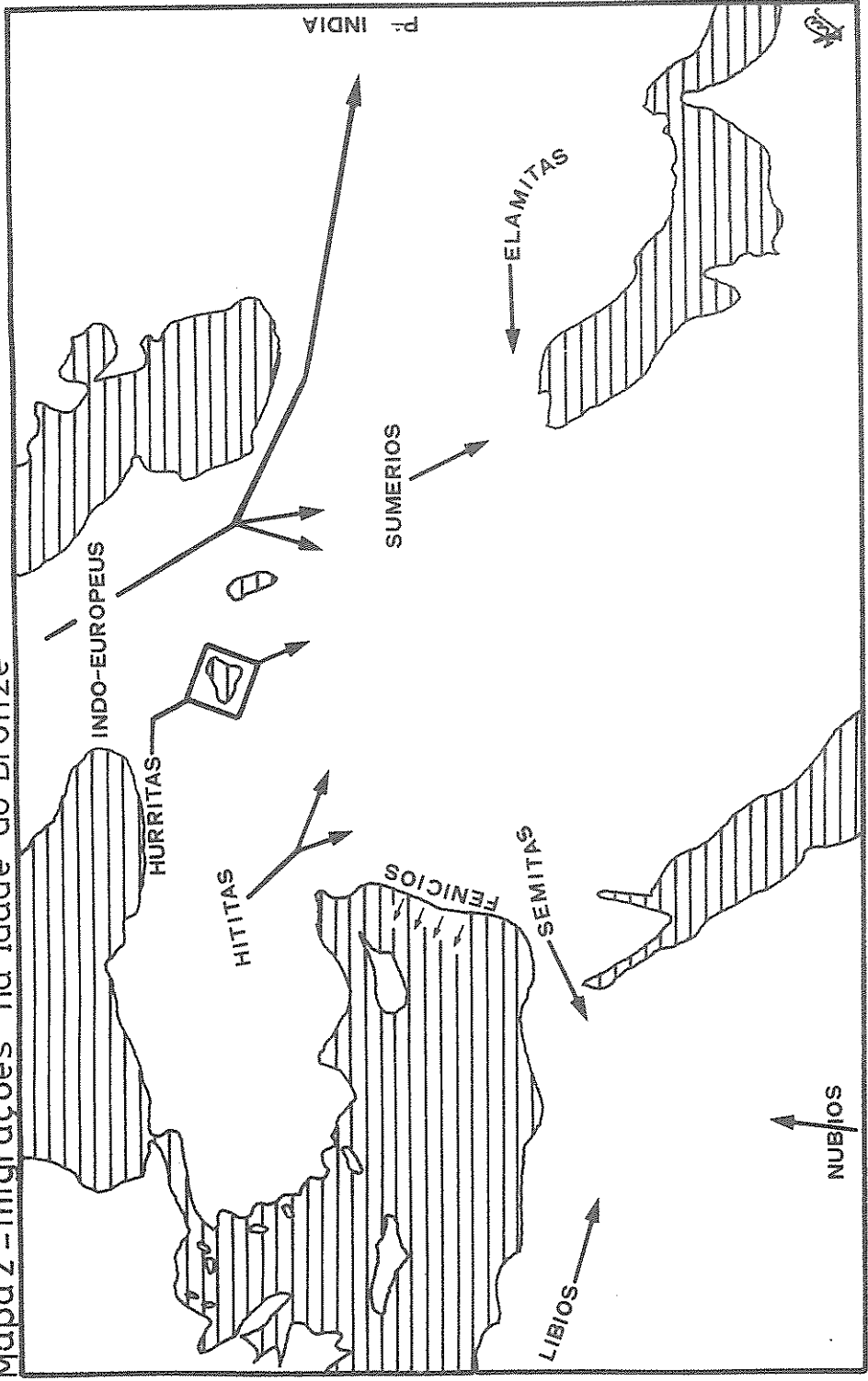
Em teoria, o Egito era um estado totalitário, governado por um Rei/Deus (ou um Deus/Rei?) que era, literalmente, o estado, abraçando os poderes executivo, legislativo e judicial (7). Na prática, tratou-se de um estado-gestor, de grande organização, com uma economia planeada — a antecipação do moderno *colectivismo de estado*. A sua estrutura social não era completamente rígida, permitindo que as classes baixas, (o povo), ascendessem a franjas superiores, mas mantendo-as sempre sujeitas a trabalhos obrigatórios nos diques, nos canais, nas grandes construções. Os primeiros artesãos trabalhavam sobretudo nos palácios e templos; poucos eram independentes ou o conseguiram ser, pois não havia mercado de trabalho que o possibilitasse. As permissões ou proibições a que estavam sujeitos os homens livres eram função do costume ou da conveniência e não de um princípio político. O povo não tinha direitos políticos nem capacidade de se fazer ouvir junto do governo. A ideia de que este existia para servir prioritariamente os interesses da sociedade não tinha ainda nascido. A sociedade, isso sim, existia para servir o faraó. Se ele era, teoricamente, um bom pastor, os egípcios foram, quase sempre, um submisso rebanho.

Mapa 1 - antepassados vegetais selvagens



8.000 a.C. [ cevada  arroz - 4.300 a.C.
 trigo  painço - 4.800 a.C.

Mapa 2 - migrações na Idade do Bronze



Desta forma, com um rei divino, reinando sobre uma terra alimentada regularmente por um rio e por um sol funcionando com a precisão de um relógio, os egípcios conceberam, naturalmente, a sua sociedade de uma forma estática e permanente. As pirâmides, os sólidos templos de pedra, a expressão majestática mas inerte das suas estátuas, tudo exprime a ideia de imutabilidade.

No entanto, no que toca às possibilidades económicas e à acessibilidade ao poder algo se transforma.

Os administradores das províncias, embora escolhidos pelo faraó e seus *homens de confiança*, breve se tornam auto-suficientes, cobrando mais impostos que os exigidos por lei e reembolsando o excedente ou, pura e simplesmente, não entregando tudo o que deviam. Grandes exploradores fundiários, possuindo uma corte quase digna do rei, uma milícia particular de mercenários, eram comparáveis aos senhores feudais da Idade Média europeia.

As expedições militares, sobretudo à Síria, que traziam riquezas fabulosas, a atribuição de cargos de comando aos membros da família real e da «aristocracia», contribui para o aumento de prestígio do exército. Um militar torna-se, assim, mais importante que o *homem comum* (8), que o simples trabalhador agrícola.

O aumento dos templos e das riquezas que lhes são oferecidas seja por particulares seja pelo faraó, ora como tributo ora como agradecimento aos deuses da guerra que lhe possibilitaram as vitórias, altera o esquema de funcionamento das instituições religiosas. Não só aumenta o número de sacerdotes (9) e o seu poderio (vão, bastas vezes, desafiar mesmo a autoridade do faraó e impôr profundas mudanças), como possibilita, pelo que atrás já foi dito, o nascimento da escrita e, é claro, dos escribas, outro embrião de uma verdadeira classe social.

Da inicial divisão simplista — os que fazem cumprir as ordens do faraó (governantes) os que as cumprem (governados), emergem, sob o ponto de vista socio-económico, vários estratos que darão origem a uma sociedade dividida e organizada (10).

Nos finais do Império Antigo, naquilo a que é costume chamar-se o primeiro período intermédio, so-brevém uma época de instabilidade e de contestação. Durante a VII dinastia reinam setenta reis em setenta dias (11). Edifícios são atacados e pilhados, tumultos estalam nas ruas. Mas é no campo social que se dão as maiores transformações:

«Os pobres tornaram-se ricos, enquanto que os antigos proprietários nada têm. O que nada tinha tornou-se senhor de tesouros e os Grandes adulam-nos. Vêde o que sucede entre os homens: o que não podia abrigar-se, possui agora boas casas; o que tinha abrigo está exposto aos ventos da tormenta. O que nunca tinha fabricado nem num barco, tem agora navios; o seu antigo proprietário olha-os mas eles já não lhe pertencem. O que não tinha nem uma junta de bois possui manadas; o que nem um pão tinha tornou-se proprietário de um celeiro. O que não tinha cereal exporta-o agora em quantidade» (12)

O Império Médio, período de recuperação, é seguido por uma nova época de crise. É com o Império Novo que o Egito regressa ao seu esplendor.

Um documento da XVIII dinastia (13), classifica a população do país em *soldados, clérigos, servos reais e artesãos*. Omite, como é lógico dadas as características do documento, a *aristocracia* e os *escravos* estratos que, não só eram mobilizáveis como com os quais o escriba nem sequer tinha contacto. Deste modo, podemos elaborar, para a sociedade egípcia da XVIII dinastia a seguinte pirâmide social:

Classe Alta	REI FAMÍLIA REAL E ARISTOCRACIA
Classe Média/Alta	MINISTROS DO CULTO E SOLDADOS
Classe Média	SERVOS REAIS
Classe Média/Baixa	COMERCIANTES, TRABALHADORES, ARTESÃOS
Classe Baixa	ESCRAVOS

Um espelho da estratificação social é, como já foi visto, a cidade. Recorde-se que as características das casas egípcias que nos permitem subdividi-las em cinco tipos diferentes (14), palácios da aristocracia, casas de funcionários, habitações da classe média, quarteirões de operários e alojamentos de escravos, corroboram cabalmente o esquema social atrás estabelecido.

Quem constituía cada um destes estratos?

Para além do rei e da família real, onde sobressaía a rainha que havia concebido o faraó (15), os altos funcionários, cujos cargos são, muitas vezes, hereditários, os governadores das províncias, os magistrados (originariamente sacerdotes, posteriormente leigos), os concessionários do comércio externo e os embaixadores, formavam a mais elevada franja da sociedade egípcia. Tinham lugar na corte, eram-lhe, frequentemente atribuídas pensões e regalias especiais mas, sobretudo, dada a sua proximidade do monarca, tinham capacidade de influenciar as suas decisões.

Ministros do culto e membros do exército ocupavam o degrau seguinte.

O exército, pago pelo faraó e só a ele devendo obediência, foi um dos esteios da monarquia egípcia. Mesmo a inclusão, em grande percentagem, de mercenários estrangeiros, não altera esta situação. É claro que nem todas as categorias de militares pertenciam à classe média/alta. Normalmente os principais postos (comandante de companhia, capitão de arqueiros ou de marinheiros) eram entregues a filhos das famílias aristocráticas ou a guerreiros estrangeiros que provassem, em combate, as suas capacidades. Os postos mais altos do exército estavam, além disso, abertos apenas a homens instruídos (16). Pode dizer-se que apenas o estado-maior e os seus oficiais superiores enfileiravam, ao lado dos membros do clero, neste estrato social.

Os sacerdotes, próximos do rei/deus, senhores de grandes propriedades (que, em verdade, pertenciam ao deus do seu templo mas eram por eles administradas) e de força persuasora foram, por vezes, opositores sérios do próprio faraó e fomentaram muitos dos levantamentos locais e conspirações. A partir da XVIII dinastia o poder central tudo fará para diminuir a sua importância.

A classe média era preenchida pelos servos reais. Estes eram os representantes do faraó a nível local, os guardas principais dos seus rebanhos e das suas propriedades, funcionários intermédios, militares de baixas patentes. Formavam o que em termos de sociologia actual se poderia chamar uma burguesia «burocrática». No fundo eram os detentores da parcela terminal do poder central mas, mesmo pouca, detinham alguma influência. Por vezes foram mesmo candidatos à ascensão social, sobretudo com a introdução da escrita na vida quotidiana.

A restante população de homens livres (17), comerciantes locais, trabalhadores agrícolas, artistas, artesãos, trabalhadores qualificados de obras públicas, constituíam o extrato médio/baixo da sociedade. Estes, proprietários de pequenas parcelas de terra, de pequeninas lojas, ou vendendo a sua força de trabalho eram, apesar de tudo e dentro das limitações de um sistema teocrático, senhores dos seus destinos. Os trabalhadores por conta do faraó, embora sendo verdadeiros servos, não podiam ser vendidos, tinham casa própria e dispunham de direitos legais. Apesar disso não faziam serviço militar pois isto podia significar uma possibilidade de ascensão social.

Um tipo de profissão que evolui bastante ao longo dos séculos foi a de escriba. Originariamente aprendida por religiosos no templo, a escrita foi aproveitada pelo governo central para a sua contabilidade. Foi necessário ensiná-la a leigos. Quando as grandes companhias comerciais descobrem as suas vantagens, enviam empregados seus para a aprender. O escriba torna-se um funcionário tão indispensável que sobe rapidamente na escala social e a ele são confiados altos cargos na magistratura, nas forças armadas, no comércio, nos negócios externos, etc. .

Finalmente surgem os escravos. Estes, normalmente estrangeiros, tiveram um papel diminuto e apagado na economia egípcia. O número de escravos pertencentes a particulares foi sempre pouco significativo. Dada a índole dos egípcios, muitos dos prisioneiros eram «reeducados» e utilizados no próprio exército ou em funções de ensino de técnicas de combate. É o caso dos sudaneses e, mais tarde, dos líbios e sírios. Outros, são utilizados em serviços como a cozinha, a tecelagem, o vestuário, a «companhia», sobretudo das crianças de famílias ricas. Mais do que um trabalhador, o escravo na sociedade egípcia era um símbolo de opulência. Era um *bibelot* caro que dava prestígio a quem o possuía.

Se na maior parte do Médio Oriente os escravos foram uma condição essencial ao desenvolvimento, no Egipto houve uma excepção. Como toda a mão de obra era pertença do faraó e estava ao seu serviço, este esquema não favorecia nem encorajava a escravatura.

Havia quem trabalhasse a terra. Havia quem combatesse. Havia o servo que realizava todos os trabalhos pesados. Que papel restava para o escravo? Para quê fazer escravos prisioneiros que podiam, ou pagar resgates, ou combater nos exércitos egípcios, poupando as vidas dos verdadeiros filhos do Nilo?

A ESCRAVATURA NO ORIENTE ANTIGO

Como já foi afirmado, a importância da escravatura quer na Mesopotâmia quer na Anatólia foi, sobretudo sob a perspectiva económica, bem diferente do Egipto. As sociedades hitita, suméria e babilónica assentavam num pressuposto escravagista para a planificação da sua economia e o escravo era peça fundamental da vida quotidiana.

Por definição um escravo é um objecto, embora humano, do qual o seu senhor é proprietário que não tem qualquer protecção legal nem direitos individuais. No entanto não é desta forma rígida que a escravatura é entendida, por exemplo, na Anatólia. O escravo hitita podia ser comercializado mas possuir bens; podia casar-se e, se estivesse em condições de pagar o dote, desposar mesmo uma mulher livre; a lei ocupa-se dele e protege-o, embora não lhe faculte meios de ascensão social; se fosse agredido podia queixar-se à justiça e a indemnização a que tinha direito era recebida por si e não pelo seu senhor (18); a referida indemnização era equivalente a metade do valor da de um homem livre mas, quando a situação se invertia e era o escravo a ter de pagar, também essa quantia seria equivalente a 50⁰% da devida por um cidadão «normal». Era um ser humano que, valendo metade de um homem livre, só tinha, em direitos como em deveres (e isto é que fez o equilíbrio do sistema de escravatura hitita) metade dos compromissos para com a sociedade. Era o último da escala social mas pertencia-lhe. A lei falava nele, protegia-o considerava-o. A indispensabilidade da sua existência para o bom andamento da economia hitita assim o exigia.

Na Mesopotâmia irá acontecer algo de semelhante. O escravo é marcado com um ferro em brasa como se marcam os animais, não tem direito a usar o nome da família (19), mas, por outro lado, tem alguns direitos pessoais e beneficia da protecção do estado. As leis suméria e babilónica favoreciam a escravatura mas, não os esqueçamos, faziam dela um estatuto social uma força extraordinariamente útil, accidental, passageira, e não eterna.

Também aqui os escravos eram, originariamente, prisioneiros de guerra de cidades-estado inimigas ou de outras paragens mais longínquas. No primeiro caso, o mais comum, tratava-se de indivíduos da mesma *raça* (entenda-se da mesma origem étnica) e, por conseguinte, podia pagar a sua liberdade. No segundo caso, escravos estrangeiros, era a própria lei vigente que condicionava o seu desenvolvimento. De facto, segundo ela, todo o habitante de uma cidade mesopotâmica (habitante permanente) era considerado um cidadão, logo, o escravo poderia, em igualdade de circunstâncias, conseguir dinheiro e pagar a sua liberdade.

Ao contrário, um homem livre, um cidadão de pleno direito, um habitante comum, podia tornar-se escravo, por exemplo, para pagamento de dívidas contraídas ou por falência. Em vez do devedor, a esposa ou os filhos podiam tomar o seu lugar. De qualquer modo esta situação era transitória. Calculava-se que um dia de trabalho valeria uma certa soma e, dividindo esta quantia pelo total da dívida sabia-se o número de dias necessários para o total pagamento. Para evitar situações de escravatura perpétua, a própria lei consignava um prazo máximo de duração. *O Código de Hamurabi* no seu artigo 117 diz «*Se um homem contraiu uma dívida e entregou a sua mulher, o filho e a filha por prata ou por trabalho, por três anos servirão na casa do credor; no quarto ano regressam à sua condição original*». A condição original é, bem entendido, o estatuto anterior, o gozo de plenos direitos cívicos, e marca bem o carácter transitório da escravatura mesopotâmica.

O escravo babilónico podia, tal como o hitita, possuir alguns bens e mesmo ter uma actividade paralela lucrativa; se doente, o seu senhor deveria pagar os cuidados médicos; se agredido, tinha direito a uma indemnização embora, ao contrário do hitita, fosse o seu dono e não ele a recebê-la. Vê-se que a lei babilónica, tal como a sumérica aliás, se preocupa com o reconhecimento e a protecção ao escravo.

Porquê estas divergências de fundo em relação à definição tradicional de escravatura? Os hititas eram antigos nómadas cujas principais actividades favoritas eram a caça e a guerra. Quem haveria de trabalhar os campos e assegurar o progresso económico? Os escravos. O povo da babilónia, para além da actividade intelectual, possuía, na base da sua organização social, o conceito de cidadania. Quem desempenharia os trabalhos servis, mais pesados e desprestigiados? Os escravos. Os sumérios eram soldados/agricultores, embora preferissem as actividades bélicas às agrícolas. A quem entregar o cultivo da terra, onde conseguir mão de obra barata e em número suficiente para fazer às árduas condições de trabalho? Na escravatura.

A SOCIEDADE NA MESOPOTÂMIA

A simples existência de uma civilização suméria significa um feito excepcional de trabalho e perseverança. O alto grau que atingiu é ainda mais digno da nossa admiração. Para conseguir os sistemas de drenagem e irrigação, as cidades, o comércio, foi necessário utilizar toda a tecnologia. Novas e complexas institui-

ções foram criadas. Um governo centralizador, originando um estado formal com leis formais, a sistematização de pesos e medidas, o aparecimento de sistemas de crédito, a invenção do calendário e da medida do tempo, são uma consequência do esforço pela sobrevivência e pela melhoria de condições. A arte de escrever muito mais poderosa que a arte da guerra, a educação e o ensino, a matemática, a literatura, atestam bem o alto nível cultural atingido pela civilização suméria.

Este elevado grau necessita, para além de recursos naturais, uma enorme dose de cooperação e organização, em particular no tocante à divisão de trabalho. Os registos dos templos sumérios revelam-nos que o deus da cidade tinha um corpo de funcionários e servos abundante — um *mordomo*, um *cocheiro*, um *músico*, um *couteiro*, um *juiz*, etc. , eram alguns dos servos *divinos*. De entre os *humanos* destacam-se um *cervejeiro*, um *padeiro*, *ferreiros*, *escrivães*, *fiandeiras* e *tecedeiras*.

Não pode haver civilização sem esta quantidade de especialistas para prover às necessidades quer materiais quer espirituais. Entretanto, a cidade suméria já não era uma comunidade homogénea. Embora parte, ou talvez a maioria dos seus habitantes ainda trabalhassem nos campos circundantes, muitos eram artesãos de várias espécies. Acima deles estavam os administradores, servidos pelos escribas; abaixo estavam os escravos; à volta estavam os mercadores profissionais, incluindo prospectores e representantes de outras cidades. A Suméria, como um todo, era igualmente diversificada. Tinha uma cultura básica uniforme, adorava deuses comuns, o seu povo chamava-se a si próprio o povo das «cabeças negras»; mas estava dividida em grupos de cidades-estado, cada uma protegida por um deus próprio, dentro das suas próprias muralhas, defrontando-se com os seus próprios problemas.

Originalmente, a divisão social baseava-se na propriedade da terra e na partilha do poder (20). Parte das propriedades agrícolas pertenciam ao templo que, na impossibilidade de as trabalhar a todas, promovia o seu aluguer. O restante pertencia a particulares, cidadãos individuais que, por serem proprietários, faziam parte de um grande conselho dividido em duas assembleias, a dos *anciãos* e a dos *homens*, que se reunia sempre que era necessário tomar grandes decisões, tais como a declaração de guerra, novos impostos, etc. . Um governador, o *ensi*, coordenava a acção do conselho e executava as suas decisões.

Com a crescente complexidade da civilização este panorama altera-se. Torna-se necessária uma chefia militar. O rei ascende a uma posição do poder quase incontestável. Clérigos, Soldados e Nobres formam um estrato social importante, embora numericamente reduzido. O grosso da população era constituído por dois tipos de profissionais — os mais importantes (mais bem remunerados) eram os escribas, os mercadores, os lavradores e os criadores de gado; os menos importantes, pescadores, barqueiros, pedreiros e carpinteiros, ferreiros e oleiros eram, todavia, possuidores de bens (por vezes mesmo de terras que alugavam) e podiam ter outros profissionais a trabalhar por sua conta. Finalmente os escravos, de que já falamos, ocupavam o último degrau da pirâmide social, que, na Suméria podemos representar como segue:

Alta	REI – FAMÍLIA REAL ARISTOCRACIA (Grandes terratenentes)
Média/Alta	NOBRES, CLÉRIGOS, ALTAS PATENTES MILITARES
Média	ESCRIBAS, MERCADORES, LAVRADORES, PESCADORES, OPERÁRIOS DE CONSTRUÇÃO
Média/Baixa	SERVOS AGRÍCOLAS, DO REI E DO TEMPLO
Baixa	ESCRAVOS

Na Babilónia, graças também a fontes escritas, igualmente é possível ter uma ideia bastante precisa da estratificação social. O código de Hamurábi faz constantes distinções entre o *nobre*, o *pobre* e o *escravo* (21). Esta classificação é, no entanto, enganadora. A sociedade babilónica não estava, como deixa transparecer aquele texto, simplesmente dividida entre 2 categorias de homens livres conforme as suas possibilidades monetárias e uma categoria de não livres — os escravos. Pensa-se que, sob o ponto de vista jurídico, isto é, no tocante às penalidades ou recompensas em caso de desobediência à lei, fossem de facto estas as

classificações dos cidadãos. Mas, no que respeita à real divisão da sociedade, essa era bem mais complexa. Outras citações e textos escritos permitem-nos detectar três grandes divisões sociais – os *amelu* (nobres), os *mushkenu* (plebeus) e os escravos – sendo as duas primeiras subdivididas em outros estratos.

O rei, representante do deus na terra, e o clero, formavam uma classe dominante à qual se juntaram, um pouco mais tarde, os escribas que, como se verifica documentalmente, chegaram a ocupar as mais altas funções de governo civil.

Haveria uma segunda classe, a da nobreza hereditária, de entre a qual eram recrutados os membros do conselho de anciãos e que ocupavam lugares de relevo nos tribunais. Como frequentavam a corte, estavam muito próximo do rei e podiam influenciar as suas decisões em assuntos governamentais.

Vinha depois a grande massa da população livre. Eram mobilizáveis, o que lhes dava o estatuto de *cidadão*, embora quando no serviço militar, desempenhassem sobretudo tarefas auxiliares. Depois de desmobilizados, o estado concedia-lhes pequenas parcelas de terra para que cultivassem. Se capturados em combate, não tivessem meios de pagar o resgate, este era liquidado pelo erário público ou pelo templo local. O soldado/cidadão era, enquanto civil, o agricultor, o artista, o negociante, o industrial, o artesão.

A classe mais baixa, a dos chamados homens semi-livres, ligados a terra, mudando de dono quando aquela era transacionada, e dos escravos, completava a organização social babilónica de que se pode fazer o seguinte esquema:

Classes Altas	REI – FAMÍLIA REAL CLERO – ESCRIBAS NOBREZA HEREDITÁRIA
Classe Média	SOLDADOS/CIDADÃOS HOMENS LIVRES
Classe Baixa	HOMENS – SEMI-LIVRES ESCRAVOS

Finalmente, e ainda em relação à mesopotâmia, não podemos deixar de referir o papel da mulher na organização social, e a sua capacidade jurídica (22). A mulher babilónica ocupava um lugar independente na sociedade, podendo possuir bens capitais, administrá-los como quisesse, comerciar, explorar propriedades agrícolas e, chegou mesmo a ocupar as funções de escriba e de sacerdote (23). Se compararmos esta situação com a de outros estados soberanos do antigo Oriente, onde a mulher era, normalmente um ser com posição, privilégios e possibilidades inferiores às do homem, conclui-se que a sociedade babilónica seria, não só muito mais equilibrada mas também mais próxima da nossa.

A instrução era outra das preocupações na Mesopotâmia. A escrita era ensinada em escolas acessíveis à maioria da população, contanto que esta tivesse posses para pagar a aprendizagem. É através de documentos escritos, os curiosos provérbios sumérios (24), que podemos verificar a profunda divisão entre ricos e pobres, entre os que tinham e não tinham bens, bem como avaliar a mentalidade do homem sumério perante a riqueza. Citaremos alguns dos mais curiosos:

O pobre está melhor morto que vivo;
Se tem pão, não tem sal,
Se tem sal, não tem pão,
Se tem carne, não tem cordeiro,
Se tem cordeiro não tem carne.

★ ★ ★

Quem possui muita prata pode ser feliz,
Quem possui muita cevada pode ser feliz,
Mas quem nada possui pode dormir.

★ ★ ★

Sou um corcel puro sangue,
Mas estou atrelado a uma mula
E tenho de transportar juncos e restolho
E tenho de puxar um carro.

A resignação face ao infortúnio, a forma de encarar a riqueza, e um comentário jocoso sobre os maus companheiros ilustram bem a sabedoria popular e a importância do estudo da produção literária suméria para o completo conhecimento da sua sociedade.

A SOCIEDADE NA ANATÓLIA

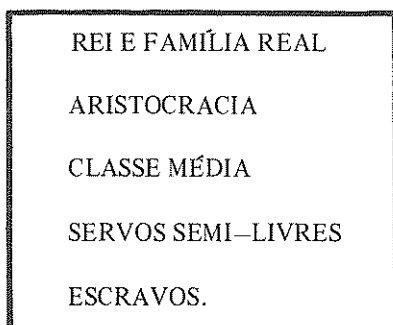
Para se compreender a sociedade hitita convirá lembrar que ela se compunha de um «puzzle» étnico, uma confederação de tribos diferentes, em que algumas delas conservaram características próprias (25).

Aos olhos da lei, a única distinção existente era a do homem livre e do escravo. Não havia classe média. Pertencer a uma diferente classe social não significava diferentes regalias jurídicas. Isto diz-nos o código hitita mas, mais uma vez, realidade jurídica e realidade social mostram-se bem distintas.

Os conquistadores hititas não governam sobretudo pela força. Organizaram o seu reino autárquicamente, garantindo a autonomia local dos povos conquistados e ganhando a sua lealdade, graças a um tratamento equitativo. Embora exigindo um contributo anual aos príncipes vencidos, tudo isto era feito na base de um contrato com mútuas obrigações solenizado por juramento; o rei hitita recordava frequentemente ao vassalo a sua gratidão pelos bons serviços prestados, ou o advertia do não cumprimento de quaisquer determinações.

O rei e a família real (que podia ter origem muito modesta pois o rei era eleito por uma assembleia e não por direito hereditário) constituíam o mais importante estrato da sociedade. Um grupo de poderosos nobres, formando a chamada *Grande Família* ou *côrte real*, reuniam-se na Assembleia que, em princípio, representava toda a comunidade. Este único privilégio bem depressa foi neutralizado pois o rei cessou, pura e simplesmente de convocar reuniões com aquele órgão. O aumento do poder real contribuiu sem dúvida para aproximar a igualdade (ou indiferenciação) jurídica da igualdade social.

Através de um documento de recenseamento militar podemos distinguir na sociedade hitita cinco níveis bem diferenciados.



Os *hupsu* (semi-livres) eram os principais constituintes da sociedade na Anatólia. Habitavam os arredores, possuíam pequenas leiras de terra, uma casa, estavam sujeitos à corvéia e não podiam possuir gado o que, em termos de economia hitita significava uma restrição muito importante.

Os *hantahu* (classe média), eram comerciantes, ganadeiros reais, encarregados de jardins públicos, criados de estábulos e cavalições, membros das profissões liberais, etc. .

Os *mariannu* (aristocracia), distinguíam-se pelo seu poder económico. Estavam, muitas vezes, em condições de fornecer carros de guerra (26) para o forte exército nacional. Eram possuídores de grandes rebanhos e enormes extensões de terra. Dominavam o comércio externo e a navegação. Eram, sem dúvida, o maior expoente da riqueza económica do grande reino hitita.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Para uma visão global da sociedade do Oriente Pré-clássico faltaria, sem dúvida, a análise da importância do exército para o desenvolvimento da civilização. Ficará para um próximo trabalho. No entanto, alguns princípios curiosos se podem extrair.

O primeiro é de que a população e, logo, a sociedade, se moldam pelas circunstâncias diferentes em que decorre a vida quotidiana. Se em todos os estados a vida agrícola supõe a existência de um governo centralizador, a acção do governo, a sua transmissão e composição são diferentes de região para região.

O segundo é que a escravatura, franja mais baixa da sociedade, é encarada de local para local conforme as necessidades de assegurar o trabalho agrícola e as tarefas indispensáveis à vida quotidiana.

Em terceiro lugar, todas as sociedades apresentam alguns estratos que, com denominações e extensões diferentes aglutinam um mesmo tipo de habitantes. A Aristocracia é comum, a existência de servos é comum, o poder dos militares de alta patente e do clero é comum (27).

Assim, a diferença na organização social dos vários povos estudados é essencialmente de forma, de processo, de maior ou menor extensão, muito mais do que de conteúdo básico.

As sociedades pré-clássicas passaram, afinal, pelas mesmas fases, atravessaram as mesmas crises e resolveram-nas de formas idênticas, fosse onde fosse que eclodiram.

NOTAS

- (1) – Ver *Humanidades*, Nº 1, Janeiro de 1982, pp. 71-80.
- (2) – *Exploring the Ways of Mankind*, New York, Holt, Rinehart & Winston, 1970, pág. 266.
- (3) – Cf. Sir Leonard Woolley, *Les débuts de la civilisation*, in *Histoire de L'Humanité*, Paris, UNESCO/Robert Laffont, 1967, pág. 385.
- (4) – Idem, *Ibidem*, pág. 386.
- (5) – Embora iniciada no templo, a escrita vem responder a necessidades de ordem laica: contabilidade, registos, etc. . A sua origem prende-se, portanto, com causas não religiosas.
- (6) – Sabatino Moscati, *L'Orient avant les Grecs*, Paris, PUF, 1963, pág. 112-113.
- (7) – Leonard Cottrel, *The anvil of civilization*, Londres, Faber & Faber, 1978, pág. 37.
- (8) – Sir Leonard Woolley, *op. cit.*, pág. 388.
- (9) – Formando-se uma espécie de «fraternidade sacerdotal», englobando os ministros do culto, mesmo os de templos e deuses diversos e dando-lhes uma «consciência de classe».
- (10) – Embora esta mudança social não corresponda, na realidade, a uma mudança política. O rei, por mais fraco e vulnerável que fosse, nunca foi posto perante uma alternativa de poder, viesse de onde viesse. Nunca houve verdadeiramente uma rebelião popular contra o faraó.
- (11) – Cf. Robert Cornevin, *Les Mémoires de L'Afrique*, Paris, Robert Laffont, 1972, pág. 38.
- (12) – De um papiro do museu de Leyde. Transcrito por Robert Cornevin, *op. cit.*, pág. 40.
- (13) – Referido por Sir Leonard Woolley, *op. cit.*, pág. 388.
- (14) – Ver nota 1.
- (15) – Cf. Cyril Aldred, *Os Egípcios*, Lisboa, Verbo, 1966, pág. 169.
- (16) – Idem, *ibidem*, pág. 176.
- (17) – Se é que se pode falar de homens livres num país onde pelo menos teoricamente tudo e todos pertencem ao faraó.
- (18) – Cf. Sir Leonard Woolley, *op. cit.*, pág. 392.
- (19) – Facto bastante importante pois a família era uma espécie de cartão de visita e o mais importante constituente da sociedade.
- (20) – Cf. Samuel Noah Kramer, *Os Sumérios*, Lisboa, Bertrand, 1977, pág. 96.

- (21) – Sir Leonard Wolley, *op. cit.*, pág. 396.
- (22) António Augusto Tavares, *As civilizações pré-clássicas – guia de estudo*, Lisboa Editorial Estampa, 1981, pág. 93.
- (23) – Carl Grimberg, *História Universal*, Vol. 1, Lisboa, Europa-América, 1965, págs. 214-215.
- (24) – Citados por Samuel Noah Kramer, *A História começa na Suméria*, Lisboa, Europa América, 1963, págs. 153-154.
- (25) – Le Sir Leonard Woolley, *op. cit.*, pág. 398.
- (26) – O carro de guerra foi uma arma bastante utilizada nos principais exércitos pré-clássicos do antigo Oriente. O seu valor era maior pela desmoralização e confusão causadas do que pelo poder mortífero da sua tripulação.
- (27) – Talvez com excepção da sociedade hitita onde as coisas se teriam passado de outro modo.